



**4ª Jornada de Iniciação Científica da
Fundação Casa de Rui Barbosa**

Agosto de 2009

Programação e Resumos

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Programa | 4 |
| Resumos | 7 |
| “Língua e sociabilidade escrava no Brasil do século XIX” | 7 |
| Helena Aragão Reis (História/PUC-Rio) | |
| Orientadora: Ivana Stolze Lima | |
| “Anúncios de jornais relativos a escravos no Rio de Janeiro (1820-1870)” | 9 |
| Carlos Vinicius da Silva Taveira (História/PUC-Rio) | |
| Orientadora: Ivana Stolze Lima | |
| “A família burguesa em cena: a sociedade fluminense no teatro de José de Alencar” | 11 |
| Thaís Amaral da Silva (História/UFF) | |
| Orientador: Antonio Herculano Lopes | |
| “A trajetória otimista de Álvaro Moreyra” | 14 |
| Isabella Loureiro Khaled Poppe (História/PUC-Rio) | |
| Orientadora: Joëlle Rachel Rouchou | |
| “Meu diário – Gonzaga Duque” | 16 |
| Michelle Rodrigues dos Santos (Letras/UFRJ) | |
| Orientadora: Eliane Vasconcellos | |
| “Corina Coaraci: pesquisa em periódicos” | 18 |
| Glauco Homero Vieira de Barros (Letras/UFF) | |
| Orientadora: Eliane Vasconcellos | |
| “A arte do riso: o contista Artur Azevedo” | 20 |
| Maria Cristina Antonio Jerônimo (Letras/UFF) | |
| Orientadora: Rachel Valença | |
| “Uma análise iconográfica do universo teatral carioca oitocentista comentado por Artur Azevedo em seus folhetins críticos no jornal <i>A Notícia</i> ” | 22 |
| Maria de Nazaré Eichler (Ciências Sociais/CPDOC/FGV) | |
| Orientadora: Rachel Valença | |
| “Análise do significado de algumas abonações do VPM (Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval)” | 24 |
| Marcelle Veridiano Candido de Souza (Letras/UERJ) | |
| Orientadora: Laura do Carmo | |

| | |
|---|----|
| “O Rio de Janeiro e além: referências espaciais na ficção de Machado de Assis” | 26 |
| Camila Abreu de Carvalho (História/UFRJ) | |
| Orientadora: Marta de Senna | |
| “Editando Machado de Assis – as lições de texto” | 29 |
| Marcelo da Rocha Lima Diego (História da Arte/UERJ) | |
| Orientadora: Marta de Senna | |
| “A plataforma política do conservadorismo da República Velha e seu discurso de legitimação na Campanha Civilista à luz da imprensa” | 32 |
| Sérgio Maia Tavares (Direito/UFF) | |
| Orientador: Christian Edward Lynch | |
| “O debate sobre a democracia no processo político da constituinte: Subcomissão de Defesa do Estado e de sua Segurança e a Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias” | 35 |
| Sônia Laura Aguiar (Ciências Sociais/PUC-Rio) | |
| Orientador: Júlio Aurélio Vianna Lopes | |
| “Considerações sobre a construção social e política do Tribunal Constitucional chileno” | 37 |
| Ana Maria Corrêa (Direito/UFF) | |
| Orientador: Alexandre Veronese | |
| “Pensamento jurídico brasileiro: a biblioteca de Rui Barbosa” | 40 |
| Eduardo Augusto Souto da Silva Schneider (Direito/UFRJ) | |
| Orientadora: Christiane Vieira Laidler | |
| “A nacionalidade na constituição política do Império Brasileiro” | 42 |
| Cássio José de Oliveira Silva (Ciências Sociais/PUC-Rio) | |
| Orientador: Charles Matheus Gomes | |
| “O caráter contestador-artístico do Conselho Federal de Cultura (1967)” | 45 |
| Renata Maury (Produção Cultural/UFF) | |
| Orientadora: Lia Calabre | |
| “O patrimônio cultural brasileiro e o Conselho Federal de Cultura (1966-1974)” | 47 |
| Jéssika Fernanda Souza dos Santos (História/UVA) | |
| Orientadora: Lia Calabre | |
| “Sustentabilidade, cultura e novos sujeitos” | 49 |
| Luís Mário de Brito Júnior (Ciências Sociais/UCAM) | |
| Orientador: Maurício Siqueira | |

PROGRAMA

Abertura 9h

José Almino de Alencar (Presidente da FCRB)

Rachel Valença (Diretora do Centro de Pesquisa da FCRB)

Marta de Senna (Coordenadora em exercício do Programa de Iniciação Científica)

Sessão 1 – 9h20 às 10h20

Avaliador: **Marco Antonio Pamplona (PUC-Rio)**

Coordenador: **Marcos Veneu (Setor de História/FCRB)**

9h20

"Língua e sociabilidade escrava no Brasil do século XIX"

Helena Aragão Reis (História/PUC-Rio)

Ivana Stolze Lima

9h30

"Anúncios de jornais relativos a escravos no Rio de Janeiro (1820-1870)"

Carlos Vinicius da Silva Taveira (História/PUC-Rio)

Ivana Stolze Lima

9h40

"A família burguesa em cena: a sociedade fluminense no teatro de José de Alencar"

Thaís Amaral da Silva (História/UFF)

Antonio Herculano Lopes

9h50

"A trajetória otimista de Álvaro Moreyra"

Isabella Loureiro Khaled Poppe (História/PUC-Rio)

Joëlle Rouchou

10h-10h20 - Debate

10:20-10h30 - Café

Sessão 2 – 10h30-12h

Avaliador: **Tereza Cristina Cerdeira (UFRJ)**

Coordenador: **Joëlle Rouchou (setor de História/FCRB)**

10h30

"Meu diário – Gonzaga Duque"

Michlle Rodrigues dos Santos (Letras/UFRJ)

Eliane Vasconcellos

10h40

"Corina Coaraci: pesquisa em periódicos"
Glauco Homero Vieira de Barros (Letras/UFF)
Eliane Vasconcellos

10h50

"A arte do riso: o contista Artur Azevedo"
Maria Cristina Antonio Jerônimo (Letras/UFF)
Rachel Valença

11h

"Uma análise iconográfica do universo teatral carioca oitocentista comentado por Artur Azevedo em seus folhetins críticos no jornal *A Notícia*"
Maria de Nazaré Eichler (Ciências Sociais/CPdoc/FGV)
Rachel Valença

11h10

"Análise do significado de algumas abonações do VPM (Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval)"
Marcelle Veridiano Candido de Souza (Letras/UERJ)
Laura do Carmo

11h20

"O Rio de Janeiro e além: referências espaciais na ficção de Machado de Assis"
Camila Abreu de Carvalho (História/UFRJ)
Marta de Senna

11h30

"Editando Machado de Assis – as lições do texto"
Marcelo da Rocha Lima Diego (História da Arte/UERJ)
Marta de Senna

11h40-12h – Debate

12h-13h30 – Intervalo para almoço

Sessão 3 – 13h30 - 15h10

Avaliador: **Fernando Lattman-Weltman (CPDOC/FGV e PUC-Rio)**
Coordenador: **Ivette Savelli (setor de Filologia/FCRB)**

13h30

"A plataforma política do conservadorismo da República Velha e seu discurso de legitimação na Campanha Civilista à luz da imprensa"
Sérgio Maia Tavares (Direito/UFF)
Christian Edward Lynch

13h40

"O debate sobre a democracia no processo político da constituinte: Subcomissão de Defesa do Estado e de sua Segurança e a Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias"

Sônia Laura Aguiar (Ciências Sociais/PUC-Rio)

Júlio Aurélio Vianna Lopes

13h50

"Considerações sobre a construção social e política do Tribunal Constitucional chileno"

Ana Maria M. Corrêa (Direito/UFF)

Alexandre Veronese

14h

"Pensamento jurídico brasileiro: a biblioteca de Rui Barbosa"

Eduardo Augusto Souto da Silva Schneider (Direito/UFRJ)

Christiane Vieira Laidler

14h10

"A nacionalidade na constituição política do Império Brasileiro"

Cássio José de Oliveira Silva (Ciências Sociais/PUC-Rio)

Charles Matheus Pontes Gomes

14h20

"O caráter contestador-artístico do Conselho Federal de Cultura (1967) "

Renata Maury (Produção Cultural/UFF)

Lia Calabre

14h30

"O patrimônio cultural brasileiro e o Conselho Federal de Cultura (1966-1974)"

Jéssika Fernanda Souza dos Santos (História/UVA)

Lia Calabre

14h40

"Sustentabilidade, cultura e novos sujeitos"

Luís Mario de Brito Júnior (Ciências Sociais/UCAM)

Maurício Siqueira

14:50 –15h10min - Debate

15h10 às 15:30 - Palestra de encerramento

"A importância da Iniciação Científica na minha formação profissional"

Gleise Andrade Cruz (CPDOC/FGV)

Língua e sociabilidade escrava no Brasil do século XIX

Bolsista: Helena Aragão Reis (História / PUC-Rio)

Orientador: Ivana Stolze Lima

Projeto: Língua nacional, voz escrava. Conflitos sociais e simbólicos no Império do Brasil

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de História

Agência de financiamento: PIBIC/CNPq

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

Nesse ano de pesquisa procuramos compreender a formação da língua nacional, tendo como foco o Brasil no século XIX, com a intenção de compreender o conflito entre as diversas línguas que eram trazidas pelos escravos de diferentes regiões da África e a língua trazida pelo colonizador, ou seja, o português.

Para dar suporte a essa pesquisa foram recolhidos anúncios de fuga, venda e aluguel de escravos, com menção à fala destes. Essa menção à fala é importante para compreendermos como o escravo se inseria na sociedade, tendo como referência a língua portuguesa, o que nos permite entender os diferentes comportamentos, aceitação e inserção nesse novo ambiente a que eram expostos.

Percebemos uma variedade de "formas de falar", que podem ser caracterizadas como boa, média, ou fraca. Com um grande número de escravos no Brasil e com características próprias de falar, podemos supor que eles exerciam uma influência na sociedade, assim como também adquiriam características da língua falada no Brasil. É possível extrair ainda informações como, por exemplo, os diversos ofícios que os escravos tinham, se sabiam ler ou escrever, a idade, os proprietários, o local de fuga e algumas características psicológicas destes. É também possível através de alguns desses anúncios saber a procedência de cada escravo e também saber se era nascido no Brasil ou na África, ou seja, se era crioulo ou africano.

É importante ressaltar que esses anúncios de jornais nos mostram uma visão senhorial que não pode ser considerada como única ou verdadeira. As referências à fala que aparecem nos anúncios não são necessariamente da língua nacional, encontramos alguns escravos que falavam inglês, francês, espanhol ou somente sua língua de origem. Essa diversidade de informações nos anúncios referentes aos escravos nos dá um campo amplo de avaliação não só da vida dos escravos, mas também da visão senhorial da época.

Tais anúncios foram inseridos em uma base de dados, com suas respectivas classificações, para tornar mais fácil a sua compreensão, podendo-se ter uma estatística, não só do número de anúncios, mas também da predominância de alguma região, de algum ofício e até mesmo se há uma forma mais comum de falar entre eles.

Portanto, é importante para a pesquisa não apenas saber a língua falada pelos escravos e os diferentes níveis de aprendizado entre eles, mas é também muito importante tentar entender como eles se comportavam diante da sociedade e sua relação com seu senhor e com o restante da população, pois a influência da língua, por qualquer uma das partes, seja a do escravo ou do resto da sociedade, só se dava pelo contato.

Referências bibliográficas:

ALKMIM, Tânia. A fala como marca: escravos nos anúncios de Gilberto Freire. *Scripta*, Belo Horizonte, PUC-MG, v. 9, fac 18, 206, p. 221-229.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

FARIAS, Juliana et al. Identidades fugidias numa cidade labirinto, 1810-1830. In: *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2005.

LIMA, Ivana Stolze. Entre a língua nacional e a fala caçanje: representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro imperial. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *De um Império a outro*. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2007. p. 63-99.

RODRIGUES, José Honório (1993). A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial, *Humanidades*, I(4): 21-41.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

Anúncios de jornais relativos a escravos no Rio de Janeiro (1820-1870)

Bolsista: Carlos Vinícius da Silva Taveira (História / PUC-Rio)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

Projeto: Língua nacional, voz escrava. Conflitos sociais e simbólicos no Império do Brasil

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de História

Agência de financiamento: PIBIC/CNPq

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

O objetivo da pesquisa "Língua nacional, voz escrava. Conflitos sociais e simbólicos no Império do Brasil" é compreender, na perspectiva da história social, a relação entre o processo de nacionalização da língua portuguesa no Brasil e os escravos crioulos e africanos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro, entre os anos de 1820 e 1870.

A difusão da imprensa e o maior alcance das práticas da escrita foram fatores importantes da formação de uma língua nacional no país. Focalizando especificamente a população escrava da cidade do Rio de Janeiro, vemos que a escrita também alcançava tais grupos, ainda que de forma restrita. O domínio da escrita poderia render algumas vantagens sociais aos escravos, como novas possibilidades de trabalho ou mesmo uma ampliação da rede de sociabilidades, podendo significar um instrumento de diferenciação entre os próprios cativos.

Nos dois anos de pesquisa, foram recolhidos cerca de seiscentos anúncios de jornal relativos a escravos no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Jornal do Commercio*, cobrindo o período de 1821 a 1860. Os anúncios foram inseridos em uma base de dados pela equipe, proporcionando uma análise seriada e combinatória do material. Procura-se assim identificar categorias de caracterização linguística dos escravos e relacioná-las à condição de crioulo ou africano, aos grupos de procedência, à profissão e outros critérios.

O segundo ano da pesquisa nos proporcionou resultados mais sofisticados em relação ao primeiro ano. Através das distintas formas de caracterizar a fala dos escravos, chega-se a uma revisão dos estereótipos acerca do escravo africano e a novas hipóteses interpretativas. Uma delas, selecionada para um enfoque mais específico nesta apresentação, explora os anúncios que registram escravos capazes de ler e escrever. Esse pequeno conjunto de cerca de trinta anúncios revela uma grande riqueza de conteúdo, demonstrando características do

aprendizado do idioma escrito e o que o mesmo poderia significar para o escravo ou para o senhor.

Através dos anúncios de jornal, podemos problematizar o modo como se dava a relação entre o aprendizado do português escrito e as relações de sociabilidade do cotidiano dos escravos. Nos anúncios selecionados, encontramos uma proeminência de escravos crioulos com domínio da escrita em comparação a africanos. No mundo do trabalho um escravo alfabetizado possuiria maior importância para determinados ofícios domésticos ou de serviços, sendo ofertado à sociedade através de anúncios de venda e aluguel ou procurado através de anúncios intitulados "Procura-se".

Por fim, os atos de ler e escrever não significaram uma vantagem absoluta, podendo também representar um medo para o senhor escravista, pois, a inteligência do cativo poderia ser utilizada em um momento de fuga, de falsificação da própria realidade. Essa artimanha pode ser visualizada em anúncios de fuga, tanto de escravos crioulos, quanto de africanos, e foi empregada como uma forma de resistência à escravidão e como forma de tirar maior vantagem da sua estrutura.

Referências bibliográficas:

ALKMIM, Tânia. A fala como marca: escravos nos anúncios de Gilberto Freire. *Scripta*, PUC-MG, v. 9, fac 18, 206, p. 221-229

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

LIMA, Ivana Stolze. Entre a língua nacional e a fala caçanje: representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro imperial. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *De um Império a outro*. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2007. p. 63-99

_____; CARMO, Laura do (Orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

SOARES, Carlos Eugênio L.; GOMES, Flavio dos Santos; FARIAS, Juliana. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

WISSENBACH, Maria Cristina C. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 4, p. 103-122, 2002.

A família burguesa em cena: a sociedade fluminense no teatro de José de Alencar

Bolsista: Thais Amaral da Silva (História / Universidade Federal Fluminense)

Orientador: Antonio Herculano Lopes

Projeto: O moderno, o nacional, o popular no teatro oitocentista: a comédia de Alencar.

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de História

Agência de financiamento: PIBIC/CNPq

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

As obras teatrais de José de Alencar se encaixam no contexto da implantação do teatro brasileiro, onde o autor passa a produzir uma obra interessada na fundação, em bases modernas, do teatro, da literatura e da cultura nacional. José de Alencar tem como personagens de suas peças a família burguesa, com profissionais liberais presentes no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, o que é típico da alta comédia.

Sendo assim, o objetivo central do trabalho é discutir o estilo de vida da família burguesa exposto por José de Alencar no teatro. Dentro dessa temática, abordar o papel da mulher no meio privado e na esfera pública e os laços de família estabelecidos com os cativos no cotidiano familiar, a partir da leitura das peças, de textos inéditos do arquivo de José de Alencar presentes na Fundação Casa de Rui Barbosa e das críticas dos jornais da época.

Alencar faz em suas peças um rico retrato das mulheres fluminenses. E a partir dessas personagens ou, como ele mesmo chama em alguns textos inéditos, desses perfis de mulheres, José de Alencar nos proporciona uma ampla gama de relatos para analisarmos a família e as relações de gênero da sociedade fluminense da segunda metade do século XIX. Dentro desta temática destaco, como um dos focos de análise, as características, marcadas pelo autor, da figura masculina, que representa a razão e a proteção da família, e da figura feminina, a fragilidade e a intimidade, nas palavras do próprio Alencar em *O demônio familiar* "anjos tutelares [...] sob as formas de mães, de esposas e de irmãs".

Outro fator a ser abordado é o namoro e o casamento, especialmente a dicotomia entre a união arranjada pelas famílias e as uniões estabelecidas por amor, prevalecendo a segunda no contexto das peças de Alencar.

Ainda focando as relações de gênero, o tema polemizador da mulher decaída, trazido à cena por Alencar na peça *As asas de um anjo*. O que para o autor foi a apresentação do vício a ser corrigido, trazido à cena, não por ele, mas pela própria sociedade, foi para muitas pessoas

imoral, sendo a peça proibida pela polícia. Essa peça trouxe fortes discussões na imprensa da época e é a partir dessas opiniões que passo a analisar a imagem que a sociedade tem dessa mulher, que abandona sua família pela luxúria e é redimida pelo casamento com um homem de boa índole.

É fator imprescindível o espaço que Alencar dedica à escravidão, assunto principal de duas de suas peças, *O demônio familiar*, de 1857, e *Mãe*, de 1860, onde nos mostra a forte presença dos cativos na vida familiar fluminense, representada de maneira nunca vista. Diante da dificuldade de se abolir definitivamente a escravidão no Brasil, Alencar reporta para o teatro, como destaca Décio de Almeida Prado, o desaparecimento da escravidão, como num passe de mágica, assim como gostaria que ocorresse na realidade, juntamente com toda a herança negra. Alencar via o escravo como um mal à boa família burguesa.

Neste sentido, parto da hipótese de que, na segunda metade do século XIX, já se tornava um perigo frustrar as expectativas de ascensão e de liberdade dos cativos, diante do medo de revoltas e atentados, num ambiente urbano onde o escravo tinha muita liberdade de movimentação. O escravo doméstico era visto também como um suposto espião da intimidade dos senhores e, uma vez sabendo ler e escrever, um conhecedor e confidente dos segredos da família. Portanto, o bom escravo era aquele incapaz de conhecer o universo da linguagem escrita.

Nesse ponto de vista centra-se a peça de Alencar *O demônio familiar*, onde o escravo, Pedro, faz de tudo para alcançar sua ambição de se tornar cocheiro, prejudicando mesmo os seus senhores, que o consideram "cria da casa" e lhe dão a liberdade como forma de castigo.

Partindo, portanto, dessa metodologia de análise, poderemos esmiuçar a riqueza documental e literária dos textos de Alencar, que apresentam a sociedade fluminense do século XIX em vertentes importantes para uma história social da cultura do Rio de Janeiro: a família, a escravidão e a arte teatral.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Flávio. *A comédia Nacional no teatro de José de Alencar*. São Paulo: Editora Ática, 1984.

ALENCAR, José de. *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1977.

ALENCASTRO, Luiz Felipe; NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOPES, Antonio Herculano. “Alencar: um olhar feminino; um olhar sobre o feminino”. Trabalho apresentado no IV Simpósio Nacional de História Cultural, Goiânia, 2008. Manuscrito.

PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1999.

PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

A trajetória otimista de Álvaro Moreyra

Bolsista: Isabella Poppe (História / PUC-Rio)

Orientadora: Joëlle Rouchou

Projeto: Álvaro Moreira: polígrafo, poesia, prosa e crônicas em revistas (1900-1930)

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de História

Agência de financiamento: PIBIC/CNPq

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

Poeta, cronista, jornalista, homem de teatro, amante das artes, Álvaro Moreyra foi um autor influenciado pelas transformações políticas e tecnológicas vividas pela sociedade nacional na passagem do século XIX para o século XX. Acompanhou de perto o período de efervescência pelo qual passavam as revistas dessa época, chegando a colaborar como diretor e redator em nomes como *Fon Fon!*, *Para Todos*, *Leitura Para Todos* e *Ilustração Brasileira*.

A segunda fase da pesquisa procurou desenvolver a trajetória profissional de Álvaro Moreyra ao deixar seu trabalho na revista *Fon Fon!*, em 1915. O objetivo inicial era a busca e análise da produção de cunho jornalístico e artístico, de Álvaro Moreyra, em poesia, prosa e crônica na revista *Para Todos*. Entretanto, foram descobertas publicações mais antigas do autor na *Ilustração Brasileira*, desviando o foco da pesquisa para esta última, na qual foram pesquisados os exemplares dos anos de 1920, 1921 e 1922. Os locais de pesquisa se alternaram entre a Biblioteca Nacional e a biblioteca da Casa de Rui Barbosa.

A *Ilustração brasileira* passou por três diferentes fases de publicação: a primeira delas foi interrompida em 1915 por conta dos empecilhos impostos pela Primeira Guerra Mundial, como a dificuldade em se obter papel. Voltou a circular em setembro de 1920, e já nessa época Álvaro Moreyra entrou como diretor e redator. Em suas crônicas, o escritor tratava de assuntos dos mais diversos. Podia falar de música, pensamentos íntimos, sobre moda feminina, fatos políticos, personagens do cenário nacional e internacional, ou até mesmo casos simples do cotidiano. Para Álvaro, quase tudo poderia se tornar digno de ser imortalizado nas páginas da revista.

Tive contato, ainda, com os materiais encontrados em seu arquivo pessoal – guardado por sua neta, também jornalista, Sandra Moreyra – doado à Casa de Rui Barbosa. A pesquisa no arquivo possibilitou um enriquecimento de informações principalmente sobre a vida de Álvaro Moreyra com sua primeira esposa, Eugenia Moreyra. Cartas, fotos, muitos recortes de jornais e revistas foram alguns dos conteúdos pesquisados nesse arquivo. A partir dessa

coleta, foi possível montar uma cronologia da trajetória da vida quase inseparável do casal Álvaro e Eugenia Moreyra, até pelo menos a morte de Eugenia, em 1948.

Além disso, li também o livro de Álvaro, *As Amargas, Não...*, lançado em 1954, e que também foi muito útil para conhecer melhor sua vida, desde a época da infância em Porto Alegre, até seus programas de rádio no Rio de Janeiro a partir da década de 1940. Este livro é uma autobiografia, mas certamente produzida de uma maneira não convencional, em tópicos, onde pensamentos íntimos, reflexões pessoais, poemas e crônicas se misturam com a exposição de fatos concretos de sua trajetória de vida, como atritos com chefes de trabalho, publicações de suas obras e sua prisão por conta do engajamento político durante o Estado Novo.

O desenvolvimento em um ano dessa pesquisa foi importante para trazer à tona informações sobre a produção artística e jornalística desse consagrado escritor da primeira metade do século XX, e que, nos dias atuais, recebe uma atenção ainda reduzida. Para o meu enriquecimento pessoal, considero que foi de extrema relevância poder contribuir para esta pesquisa, pois o conhecimento de suas obras me proporcionou leituras prazerosas por conta de suas reflexões otimistas acerca da vida, e a capacidade que tem de cativar ao perceber as belezas em coisas tão simples. “Definitivamente eu sou do amor”¹ – escreveu Álvaro. Mas acrescentaria, ainda, que é também da alegria e da imaginação.

A sensibilidade e a forma poética como produz seus textos, são duas características essenciais para se descrever o estilo de Álvaro Moreyra, sendo considerado, assim, um poeta mesmo ao escrever em prosa, por causa das imagens, ritmo e sonoridade de sua expressão. “Pode-se mesmo dizer que seu verdadeiro gênero é a prosa poética, nela se exprime mais à vontade, e nela está o melhor de sua obra”²

Referências bibliográficas:

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, set. 1920.

MOREYRA, Álvaro. *As amargas, Não...* Rio de Janeiro: Lux, 1954.

PARA TODOS. Rio de Janeiro, 1920. [não tenho a informação do número da revista]

ZILBERMAN, Regina. *Álvaro Moreyra*. Porto Alegre: IEL, 1986.

¹ MOREYRA, Álvaro. *As amargas, não...* p. 99

² LUFT, Pedro Celso. *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*.

Meu diário – Gonzaga Duque

Bolsista: Michele Rodrigues dos Santos (Letras / UFRJ)

Orientador: Eliane Vasconcellos

Unidade / Setor: CMI / AMLB

Projeto: Acervos literários brasileiros: a produção intelectual de Gonzaga Duque

Agência de financiamento: PIBIC/CNPq

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

Introdução

Luís Gonzaga Duque-Estrada, militante simbolista, escritor, romancista e crítico de arte, nasceu, no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1863. Ainda jovem, trabalhou como funcionário público na prefeitura do Rio de Janeiro, então capital federal. Colaborou em diversos jornais e revistas, como, por exemplo, *Guanabara*, fundada por ele com Olympio Niemeyer, em 1880, *Kosmos* e *O Paiz*, em 1904, *Fon-Fon*, em 1908, também fundada por ele com Mário Pederneiras e Lima Campos.

Aos 25 anos de idade, Gonzaga Duque publica sua primeira obra crítica sobre arte, *Arte brasileira*. Depois, surgem *A dona de casa*, 1894; *Revoluções brasileiras*, 1898; *Mocidade morta*, romance que teve sua primeira edição no ano de 1899; uma biografia sobre o marechal Niemeyer, chamada *Marechal Conrado Niemeyer: apontamentos biográficos por Gonzaga Duque*, em 1900; e *Graves e frívolos*, 1910, outro livro sobre crítica de arte.

No dia 8 de março de 1911, aos 47 anos de idade, morre Gonzaga Duque e, dois de seus livros, *Horto de mágoas* e *Os contemporâneos*, são publicados após sua morte, 1914 e 1929, respectivamente.

Objetivo e metodologia do projeto

Este resumo, baseado no artigo a ser apresentado na IV Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa, pretende, de modo breve, trabalhar o diário de Gonzaga Duque, chamado *Meu jornal*, a fim de expor os gravíssimos erros de revisão do romance *Mocidade morta*, que tanto deixaram o autor em desassossego.

O diário, escrito entre os anos de 1900 e 1904, é também, assim como o restante de sua obra, valioso para o conhecimento desse autor, pois é através do diário que adentramos o mundo de seus pensamentos, dores e mágoas. É através de seu diário que o artista divide com o leitor suas indignações. Uma delas era a inclusão de uma errata, produzida e aceita pelo editor de *Mocidade morta*, Domingos de Magalhães, mediante insistências do autor; outra era

a idéia do editor de utilizar o verso da página da Errata para propaganda, o que não foi aceito por ele. Assim, Gonzaga Duque expõe toda sua preocupação acerca da edição de seu livro: descumprimento dos prazos por parte do editor, opinião e comprometimento dos amigos, preocupação da família, etc.

Há uns seis anos comecei um JORNAL que se ficou em meia dúzia de notas. Este, porém, levarei avante.

Abro-o com a história da edição da *Mocidade morta*. Para os raros que lerem, esta história valerá por uma página de autobiografia.

Há cinco dias que vivo numa superexcitação horrível. Não sei como tenho escapado à loucura. Corria as folhas do meu romance, com o coração apunhalado pelos erros que o deformizam quando, já estando impressa a Errata e brochada parte da edição, dou com uns vínculos, em lugar de vincos, no começo do capítulo XX. (LINS, 1991, p. 133.)

A metodologia adotada para a produção do artigo foi a prévia leitura do diário de Gonzaga Duque. A partir dele, os comentários a respeito da produção e edição da obra *Mocidade morta* foram feitos.

Conclusão

O crítico Gonzaga Duque, ainda que muitas vezes esquecido pela literatura e pelas artes plásticas, era um escritor em constante luta contra as limitações da arte de seu tempo: refletia sobre o problema e propunha uma nova maneira de reconstruí-la. E, justamente por apoiar-se na luta contra as limitações, é que, de modo nenhum, agradava-lhe a idéia da publicação de *Mocidade Morta* com os graves erros de edição. A partir desse fato, será desenvolvida a atividade a ser apresentada na IV Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 2 v. São Paulo: Martins, 1957.

LINS, Vera. *Gonzaga Duque: a estratégia do franco atirador*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

Corina Coaraci: pesquisa em periódicos

Bolsista: Glauco Homero Vieira de Barros (Literatura Brasileira/ UFF)

Orientadora: Eliane Vasconcellos

Unidade / Setor: CMI / AMLB

Projeto: Corina Coaraci: resgate de uma obra.

Agência de financiamento: PIBIC/CNPq

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

Introdução

Apresentam-se, neste trabalho, as atividades realizadas durante o período de agosto de 2008 a junho de 2009. Discriminam-se os objetivos da pesquisa, as atividades a serem realizadas e os fatores que viabilizaram ou dificultaram o progresso das mesmas.

Objetivo

O projeto "Corina Coaraci: resgate de uma obra" tem por objetivo levantar a obra produzida por essa escritora, que se encontra dispersa em periódicos, entre os anos de 1875 e 1891. Estima-se que haja muitos artigos e crônicas escritos por esta mulher, para certificação disto, realizaram-se pesquisas nos acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e em periódicos, microfilmados, na Biblioteca Nacional.

O conhecimento da obra da escritora proporcionará melhor percepção da literatura de autoria feminina no Brasil e evidenciará a participação do segundo sexo no cenário histórico da literatura brasileira do século XIX. Corina Coaraci não deixou sequer um livro publicado, mas estima-se que haja uma quantidade considerável de textos de sua autoria.

Metodologia

O princípio deste trabalho é regido pela ecdótica; logo, o objetivo principal não é somente a reprodução do material a ser futuramente publicado, mas também preparar um trabalho que tenha como responsabilidade refletir a vontade da escritora ao publicar seus artigos e crônicas.

Em agosto de 2008, foi iniciada a análise e o preparo dos artigos publicados na seção "Modas e modos / Usos e costumes", da *Folha nova*. Para isso, comparou-se o texto digitado com os originais desse periódico, procedimento este que obedeceu a critérios adotados pela orientadora e que também foi realizado sob sua supervisão.

As publicações que já foram encontradas nos acervos da Biblioteca Nacional e nos arquivos da FCRB são submetidas ao processo de digitalização; após este procedimento, os

textos são arquivados em formato JPEG, em CD-ROM. A continuidade deste trabalho dá-se com a digitação dos artigos digitalizados. O processo posterior à digitação tratará de realizar a revisão e o cotejamento do material digitado, sempre obedecendo aos princípios da ecdótica.

Quanto aos artigos ainda não encontrados, realizam-se pesquisas constantes no acervo da Biblioteca Nacional. As buscas são realizadas no setor de publicações e periódicos, local onde se encontram os rolos de microfimes dos jornais a serem pesquisados. Procura-se encontrar nos periódicos artigos assinados pela autora, seja com o seu nome, seja com o seu pseudônimo, e ainda informações sobre ela.

Conclusão

Considero importante o fato de ler e aprender sobre uma escritora que não se encontra propagada na história da literatura brasileira. Corina fez, por meio de sua escrita, ressaltar o valor que a mulher possui para a literatura, como agente de uma escrita que corrobora a percepção do olhar crítico que a mulher do século XIX tem sobre o seu tempo.

Por meio desta pesquisa, o estudante apreende, a cada leitura, como são amplas as manifestações da literatura. O esforço em apresentar um trabalho que realize uma proximidade com a vontade de expressão de Corina culmina na compreensão das questões que eram temas centrais de discussões em sua época. Evidencia-se, no trabalho da autora, a percepção do pensamento a respeito das influências da arte, da literatura, dos modos e dos costumes de sua época e, vale ressaltar, a originalidade de seus textos.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Academia, 1999.
- AZEVEDO, Artur. *O tribofe: revista fluminense de 1891. Estabelecimento de texto, notas e estudo lingüístico de Rachel Teixeira Valença*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. (Tempo reencontrado).
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1987. (Atualidade Crítica, 12).
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- VASCONCELLOS, Eliane. Carmem Dolores: a cronista mais bem paga do Rio de Janeiro. *Quadrant*, Université Paul-Valéry, Montpellier III, n. 15, 1998.
- _____. Artigos publicados em *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, v. 1, 1999; v. 2, 2004; v. 3 (no prelo).

A arte do riso: o contista Artur Azevedo

Bolsista: Maria Cristina Antonio Jeronimo (Letras – UFF)

Orientador: Rachel Valença

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Filologia

Projeto: A crônica teatral de Artur Azevedo – 3ª etapa

Agência de financiamento: PIBIC/CNPq

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

Artur Azevedo (1855-1908) foi teatrólogo, jornalista, contista, poeta, cronista e crítico. Notadamente, registrou seu nome na literatura brasileira no gênero dramático. Aqui, no entanto, privilegiaremos o contista Artur Azevedo.

Primeiramente, acerca do projeto "A crônica teatral de Artur Azevedo", podemos dizer, de forma resumida, que seu principal objetivo é a análise e o estabelecimento dos textos das crônicas teatrais, publicadas por Artur Azevedo na seção "O Teatro", do periódico *A Notícia*.

As colunas semanais, publicadas às quintas-feiras, tinham lugar privilegiado no rodapé da primeira página desse jornal, e eram assinadas pelo pseudônimo A.A.; a primeira crônica data de 20 de setembro de 1894, e a última, de 12 de outubro de 1908 – ano da morte de Artur Azevedo.

Artur Azevedo sobreviveu de sua pena: seus escritos ajudaram no sustento da família. Foi, não poucas vezes, acusado de manter fidelidade ao mercado, em detrimento de um fazer poético-literário que estivesse de acordo com os padrões estéticos vigentes preconizados pela "verdadeira Arte".

Já nas suas crônicas, ainda que marcadas pelo caráter informativo, breve, coloquial, o riso aponta desde a mais fina ironia – para tecer suas críticas mais ácidas a espetáculos, companhias, artistas da época – ao puro cômico, que tanto o fizeram popular no século XIX. E é justamente na literatura que a sua verve para o riso se acentua e se consolida.

Os contos de Artur Azevedo mostram essa capacidade de "flanar" entre os gêneros, essa versatilidade literária – de temas do mais mezinho a "retratos" históricos da então capital federal. O estilo irreverente, bonachão e espirituoso – traços marcantes em toda a obra de Artur Azevedo – evidencia-se, também, nos contos.

Seus contos, baseados em histórias, "causos" simples, eram de fácil legibilidade e tiveram, no seu tempo, uma recepção enorme por parte dos leitores. Descrevendo tipos, retratando a história do Rio de Janeiro, registrando costumes da época, seus contos agradavam incontestavelmente.

O objetivo deste trabalho é, justamente, a partir da seleção de alguns contos de Artur Azevedo, refletir sobre esse cômico, esse riso, característica tão forte no renomado dramaturgo e crítico teatral.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Artur. *Contos escolhidos*. Sel. e org. Frederico Barbosa. São Paulo: Klick, 1997.
- _____. *Contos fora da moda*. 7. ed. Rio de Janeiro: Alhambra, 1982.
- _____. *Crônicas de Artur Azevedo publicadas em A Notícia: anos: 1894, 1895, 1896, 1897, 1898*. Rio de Janeiro, 2009. Não publicado.
- _____. *Melhores contos*. Sel. Antonio Martins de Araujo. São Paulo: Global, 2001. (Melhores contos, 27).
- _____. *O tribofe: revista fluminense de 1891*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Nova Fronteira, 1986.
- BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos).
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Arthur Azevedo e sua época*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1955.
- MARTINS, Antonio. *Arthur Azevedo: a palavra e o riso*. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. (Coleção Estudos, v. 107).
- SEIDL, Roberto. *Artur Azevedo*. Rio de Janeiro: ABC, 1937.
- SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Nova Fronteira, 1986.

Uma análise iconográfica do universo teatral carioca oitocentista comentado por Artur Azevedo em seus folhetins críticos no jornal *A Notícia*

Bolsista: Maria Eichler (Ciências Sociais – CPDOC/FGV)

Orientadora: Rachel Valença

Projeto: A crônica teatral de Artur Azevedo – 3ª etapa

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Filologia

Agência de financiamento: Faperj/FCRB

Período: abril de 2008 a março de 2009

Estive ligada ao projeto de edição comentada dos folhetins publicados pelo dramaturgo e cronista teatral Artur Azevedo, sob o título "O Teatro", no jornal carioca *A Notícia*, entre os anos 1894 e 1908. A minha missão foi realizar um levantamento, nos acervos da cidade do Rio de Janeiro, dos documentos visuais referentes aos atores, diretores, peças e espaços teatrais comentados por Artur nos seus referidos folhetins. Foram analisadas fotografias de atores e companhias, programas-filipetas de peças, charges de revistas, etc.

As fontes consultadas, ainda que delimitadas ao universo teatral, comunicam um conjunto histórico de valores, processos e atitudes sócias bastante diversificados. Sugiro um exercício de pôr em relação a multiplicidade de sujeitos e práticas teatrais que as freqüentam. A partir desse exercício de organizar um diálogo entre as fontes visuais de tantos nomes, lugares, narrativas e eventos históricos, é possível ensaiar a orientação de um olhar disciplinado que pudesse intermediar o encontro com um universo documental tão extenso e rico, fui levada a considerar o arquivo "como campo povoado por sujeitos, práticas e relações suscetíveis à análise e a experimentação antropológica"³.

É possível perceber nesses registros visuais a presença considerável de sujeitos e práticas teatrais que condensam propostas afinadas com uma visão de mundo cosmopolita e urbana. A cultura cosmopolita, articuladora da noção de modernidade, se manifesta a partir do signo do espetáculo, estando, portanto, bastante articulada e afinada com a linguagem teatral. A partir dessa questão, proponho lançarmos sobre essas imagens um olhar atento, tomando o universo teatral carioca de fins do século XIX como uma entrada analítica, capaz de comunicar os dilemas da sociedade da época atravessada pelas correntes de ideias e sensibilidades características da modernidade.

³ CASTRO, Celso; CUNHA, Olívia. Quando o campo é o arquivo. *Estudos Históricos*. Antropologia e Arquivos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

Passamos a privilegiar o estudo das fotografias e charges relacionadas aos influentes atores e atrizes da cena carioca de final do século XIX. Devido à intensa exposição de suas figuras públicas, para além mesmo da cena teatral, eles consubstanciavam valores, estilos e condutas, influenciando a agitada vida cotidiana carioca, vivenciada cada vez mais como uma "espetacularização" dos fatos correntes da cidade (SÜSSEKIND, Flora, 1986). Há, por exemplo, o ator Brandão (1844-1921), tido como "Brandão, o popularíssimo". Os artistas eram reconhecidos principalmente pelas suas atuações nas revistas brasileiras. A revista era um gênero teatral popular e marcou história no teatro oitocentista do Brasil. A sua narrativa consistia basicamente na retomada dos principais fatos que marcaram a vida social carioca no ano precedente. Um exemplo notável é a peça *O abacaxi* (1893), na qual a reforma urbana do prefeito Barata Ribeiro era satirizada. (ANTUNES, Delson, 2004).

Referências bibliográficas

Estudos Históricos. Antropologia e Arquivos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

ANTUNES, Delson. *Fora do Sério: um panorama do Teatro de Revista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839/1889)*.

Análise do significado de algumas abonações do VPM (Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval)

Bolsista: Marcelle Veridiano Candido de Souza (Letras / UERJ)

Orientadora: Laura do Carmo

Projeto: Vocabulário histórico-cronológico do português medieval

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor Ruiano

Agência de financiamento: CIEE

Período: novembro de 2008 a julho de 2009

Introdução

Ao analisar algumas abonações de determinados conectivos do VPM, percebemos que o sentido delas seria mais compreensível se elas fossem maiores, ou seja, se nelas não tivessem sido feitos alguns cortes. Também percebemos que, em alguns casos, a abonação poderia sofrer um corte sem perda para o Vocabulário.

A partir dessas constatações, realizamos este estudo, fazendo uma análise de cada uma dessas abonações selecionadas.

Objetivo do projeto

Analisar a necessidade de se estender ou diminuir as abonações de conectivos, para que o seu uso no contexto medieval seja melhor compreendido.

Metodologia

Para esclarecer o sentido das abonações recorreremos ao texto na íntegra da abonação referida, quando esse fosse acessível, para analisar se, com uma parte maior da abonação, o sentido do conectivo estaria melhor apreendido. Em caso positivo, sugerimos o aumento da abonação.

Conclusão

As abonações para as quais se sugeriu o aumento foram divididas em dois grupos diferentes: *aumentos óbvios*, aqueles cujas abonações tinham uma necessidade muito grande de serem aumentadas, pois por vezes só possuíam o conectivo da passagem; *aumentos mais complexos*, aqueles cujas abonações eram compreensíveis, porém seu aumento esclareceria certas nuances do conectivo e, conseqüentemente, uma melhor apreensão do trecho abonatório. Criamos ainda um terceiro grupo para as abonações excessivamente grandes, para as quais foram sugeridos *cortes*, ou seja, a retirada de partes das abonações, sem que estas deixassem de ser compreensíveis.

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. rev. e ampl. 19. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

ROCHA, Ana Paula Antunes. *Gramaticalização de conjunções adversativas em português: em busca da motivação conceptual do processo*. Rio de Janeiro, 2006. 128 p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro e além: referências espaciais na ficção de Machado de Assis

Bolsista: Camila Abreu (História / UFRJ)

Orientadora: Marta de Senna

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor Ruiano

Projeto: Edição dos romances de Machado de Assis como hipertextos

Agência de financiamento: CNPq (PIBIC)

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

O projeto *Edição dos romances de Machado de Assis como hipertextos* consiste na disponibilização, no site <http://www.machadodeassis.net/>, dos romances de Machado com *links* que funcionarão como notas de rodapé, nos quais haverá explicações sobre as citações e alusões presentes na ficção do autor. Agora também, constarão esclarecimentos sobre lugares e instituições que, por não serem carregados de conotação simbólica (alusiva), não figuraram no banco de dados que serve de base para o site de busca, disponível na internet desde janeiro de 2008.

Minha participação no projeto se insere justamente aí, na localização dessas referências nos romances de Machado e na elaboração dos textos que vão ser os *links* à medida que os romances vão sendo colocados na internet, no mesmo site mencionado. No momento já estão disponíveis *Ressurreição* e *A mão e a luva*. A pesquisa envolve, além de uma leitura atenta e crítica, um estudo constante e uma ampla gama de conhecimentos para percepção de tais referências.

Até o momento, já fiz a leitura e o mapeamento das referências a lugares e instituições em todos os nove romances e já trabalhei também os três primeiros livros de contos publicados pelo autor. Dedico-me, no momento, à leitura e anotações de *Várias histórias*. Nessa leitura, tive a oportunidade de detectar algumas referências históricas que haviam escapado à equipe e que foram agora incorporadas ao banco de dados e, conseqüentemente, ao *website*, além, é claro, de se tornarem *links*.

Como exemplos, posso citar, do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, uma referência às "jornadas em África" (cap. 3), que remete às campanhas portuguesas no norte da África em combate aos mouros; uma referência ao "botequim do Nicola", frequentado por escritores, artistas e políticos, inclusive o poeta Bocage; e uma menção à invasão francesa da Península Ibérica pelas tropas napoleônicas (cap. 14). No romance *Quincas Borba*, encontrei

uma referência, antes não percebida pelos demais membros da equipe, à batalha de Magenta, assim chamada porque ocorreu perto da cidade do mesmo nome, no norte da Itália, travada em quatro de junho de 1859, durante a segunda guerra de independência italiana contra a Áustria (cap. 181). Em *Esáu e Jacó* encontrei uma alusão a Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, primeiro e único visconde de Beaurepaire-Rohan (1812-1894), nobre, militar e político – apesar do nome – brasileiro (cap. 64). Todas foram incluídas, posteriormente, no banco de dados e já estão disponíveis na rede através do *site*.

Nos *hiperlinks*, além de constarem as citações e alusões já mencionadas, também constarão as cidades, bairros, ruas, lugares e instituições, focando principalmente a paisagem do Rio de Janeiro, cidade em que o autor viveu e que está constantemente presente em sua obra. Isto permitirá que um leitor de outra cidade, estado ou país, que não tenha um grande conhecimento sobre o Rio de Janeiro, tenha acesso à informação histórica que o ajudará a entender mais claramente o contexto em que o romance se passa e, conseqüentemente, o próprio romance.

Para a elaboração dos *hiperlinks* foram utilizados como fontes de pesquisa os dados contidos na própria internet e livros sobre os assuntos e mapas, para auxiliar numa maior compreensão da paisagem descrita pelo autor.

Como estudante de história, essa pesquisa me ajudou muito, por ter me dado a oportunidade de trabalhar na prática com a pesquisa histórica, que na faculdade fica, geralmente, restrita à teoria. Desse modo, pude sentir quais são os desafios, tarefas e obstáculos encontrados por um pesquisador, além de sentir despertar em mim um maior interesse pela literatura brasileira, que me conduziu, de maneira natural – e quase indolor – a um melhor conhecimento dessa literatura.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Dicionário de história do Brasil*. 1. ed., 2. imp. Porto Alegre: Globo, 1970.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1971. 3 v.

CAVALCANTI, J. Cruvello. *Nova numeração dos prédios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade [196?].

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1988.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. "Literatura: prelúdio e fuga do real" in *Tempo*, v. 9. n. 17. Niterói: 2004.

RIOS, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks: Univercidade, 2000.

SOUZA, Ferdinando Bastos de. *Guia de marcos cariocas*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2007.

Editando Machado de Assis – as lições do texto

Bolsista: Marcelo da Rocha Lima Diego (História da Arte / UERJ)

Orientadora: Marta de Senna

Projeto: Edição dos romances de Machado de Assis como hipertextos

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor Ruiano

Agência de financiamento: CNPq

Período: novembro de 2007 a julho de 2010

Em pleno século XXI, a FCRB abriga um projeto de edição da obra de ficção de Machado de Assis afinado com a tecnologia informática dos nossos dias: uma edição virtual dos romances e dos contos, fidedigna e com notas em forma de *hiperlinks* que remetem para as citações e alusões identificadas no texto. Essa empreitada se iniciou em agosto de 2008 e é coordenada pela pesquisadora Marta de Senna. É a partir da experiência desse projeto – mais especificamente, do estabelecimento do texto dos quatro primeiros romances de Machado de Assis (*Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*) –, que serão expostos a seguir alguns dos problemas enfrentados ao se editar um grande clássico da literatura.

A publicação contemporânea de um texto clássico, do qual já se possui alguma distância temporal, implica o estabelecimento de um conjunto de critérios de difícil precisão. Como ser fiel ao texto buscando trazê-lo, o máximo possível, para os dias atuais? Ou, em outras palavras: como manter o texto vivo, legível pelo grande público, sem deturpá-lo? No trabalho com os romances iniciais de Machado, essas questões se tornaram candentes.

O texto machadiano é exigente: demanda que o seu leitor (e, portanto, seu editor, leitor privilegiado) entenda que há uma personificação em "a flor inclina o colo" e não o "caule", como seria mais óbvio e como ele, editor, seria tentado a "corrigir". O texto machadiano não admite simplificações – alterações que tornariam sua digestão mais fácil, à custa da perda de seu sabor: é o que acontece quando editores, ou antes, simplificadores, introduzem as preposições "em" ou "a", respectivamente, em construções peculiares como "hesitou fazer" e "ande cavalgar"; caso também da supressão do artigo "o" na expressão "em todo o caso", que Machado escreve assim, à portuguesa; ou da introdução do artigo feminino na expressão machadiana "anjo **de** guarda", que alguns editores alteram, zelosa e levemente, para "anjo **da** guarda". O texto machadiano exige investigação: que significariam as expressões "em balda certa" (em *Iaiá Garcia*) ou "de acarreto" (em *A mão e a luva*)?

Outro problema que cumpre examinar é o da consignação, no texto machadiano, de termos estrangeiros. Já na época de escrita dos romances, como agora, era convenção tipográfica grafar palavras de outras línguas em itálico, a fim de demarcar o seu não pertencimento ao léxico vernáculo. Demonstram-no o conhecido capítulo *Oblivion* de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, assim como os versos de Shakespeare em *Ressurreição*. Mas, devido à pouca rigorosa padronização e à naturalidade com que algumas expressões se infiltraram no discurso em português, muitos vocábulos acabaram por ser grafados em tipo redondo, embora com a grafia da língua de origem: "champagne", "enfant terrible", "deshabillé", "toilette", "glacê", "crochet", "tilbury", "bond". Outros surgem já aportuguesados, como é o caso de "dogue". Esse uso acarreta um problema sério, que é o de não se poder delimitar, com exatidão, se Machado utilizava essas palavras como empréstimo de línguas estrangeiras ou já como termos do português, uma vez que muitas delas foram incorporadas ao nosso vocabulário: não é o caso de *enfant terrible* nem de *deshabillé*, mas é o de glacê, crochê, tíluri, bonde. A grafia não fornece muitas pistas, na medida em que, na norma ortográfica vigente no século XIX, tíluri seria grafado com "y" final tanto no original, em inglês, quanto em sua versão já aportuguesada.

Na fixação do texto, contudo, urge adotar regularmente uma padronização gráfica. Por um lado, os manuais de estilo atuais, entre os quais o da FCRB, recomendam a grafia na forma em português, quando a houver. Por outro lado, se em muitos casos o texto de Machado é ambíguo quanto à língua em que a palavra está grafada, em outros apenas a natureza estrangeira da palavra contempla o seu sentido exato, como acontece com *toilette*, que em português contemporâneo designa principalmente "banheiro", enquanto em francês e no idioleto machadiano quer dizer, claramente, "vestuário", "roupa": "Guiomar saiu para ir cuidar da *toilette*".

Chegou-se, assim, à conclusão de que era preciso buscar preservar na materialidade do texto uma espécie de valor imaterial, supra-segmental, a que Marta de Senna chamou "atmosfera textual". Sem abandonar o compromisso de atualização, e, portanto, de vivificação dos romances, garantir a subsistência do "cheiro de livro velho" que o enriquece – expurgado, no entanto, do mofo. Deste modo, optou-se por registrar todos os termos estrangeiros na grafia da língua de origem, com itálico. Tal postura é consoante com a manutenção dos peculiares vezos sintáticos e inusuais acepções semânticas e se respalda no que expressa o próprio Machado, na Advertência da segunda edição de *Helena*: "Agora mesmo, que há tanto me fui a outras e diferentes páginas, ouço um eco remoto ao reler estas, eco de mocidade e fé

ingênua. É claro que, em nenhum caso, lhes tiraria a feição passada; cada obra pertence ao seu tempo".

Referências bibliográficas

A obra completa de ficção de Machado de Assis – romances e contos – em diversas edições, dentre as quais a Jackson (Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre, 1938), a da Comissão Machado de Assis (Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958-1977), a Garnier/FCRB (Rio de Janeiro, 1988) e a Aguilar (Rio de Janeiro, 1995).

ALENCAR, Mário de. *Alguns escritos*. Rio de Janeiro: FCRB, 1995.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, números 23 e 24. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul / São Paulo: Duas Cidades; 2004.

GLEDSON, John. "Os contos de Machado de Assis: o machete e o violoncelo". In: ASSIS, Machado de. *Contos: uma antologia*. Seleção, introdução e notas de John Gledson. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 1, p. 15-55

MACHADO DE ASSIS EM LINHA: revista eletrônica de estudos machadianos, números 1 (junho de 2008), 2 (dezembro de 2008) e 3 (junho de 2009). Acessível em www.machadodeassis.net

SENNA, Marta de. *Alusão e zombaria: citações e referências na ficção de Machado de Assis*. 2. ed. Rio de Janeiro: FCRB, 2008.

_____. *O olhar oblíquo do bruxo: ensaios machadianos*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.

A plataforma política do conservadorismo da República Velha e seu discurso de legitimação na Campanha Civilista à luz da imprensa

Bolsista: Sergio Maia Tavares (Direito / Universidade Federal Fluminense)

Orientador: Christian Edward Cyril Lynch

Projeto: Os anti-Rui Barbosa: a obra e a atuação política de Alcindo Guanabara

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Direito

Agência de Financiamento: FCRB

Período: dezembro de 2008 a julho de 2009

Na primeira fase do referido período do Programa de Iniciação Científica, sob supervisão do Professor Dr. Christian E. C. Lynch e com a finalidade de aprofundar meus conhecimentos relativos às questões pesquisadas do projeto em curso, isto é, desvendar o discurso de legitimação política da plataforma conservadora, *mainstream* ao longo de todos os governos da Primeira República, em prejuízo do liberalismo como arquitetado por Rui Barbosa na Constituição de 1891, dediquei-me às leituras indicadas das obras de referência àquele respeito, de uma ou outra vocação política, construindo o cenário dialógico que exploramos em um segundo momento.

Essa primeira etapa mostrou-se indispensável, haja vista que dirimiu dúvidas, propiciou novas hipóteses e encaminhou vertentes para o prosseguimento da investigação.

Depois, passamos à análise documental – ainda em andamento – e, eventualmente em campo, dos principais periódicos em circulação na capital à época, dado que estes consistiam nas fontes mais sólidas das manifestações políticas do período examinado. Meu escopo de estudo compreendeu a leitura constante de microfiches desses jornais, disponíveis tanto na Biblioteca Nacional como na biblioteca e sala de consulta da Fundação Casa de Rui Barbosa, locais que frequentei quase diariamente para cumprir as metas da pesquisa.

Assim, identificamos, por exemplo, o movimento midiático de adesão ou oposição à Campanha Civilista, deflagrada e liderada por Rui, bem como o posicionamento dos grandes nomes de influência do início da experiência republicana no Brasil, dentre os quais, além do próprio; Quintino Bocaiúva, Pinheiro Machado, barão do Rio Branco, marechal Hermes da Fonseca, Campos Sales, entre outros, por meio, em particular, da atuação do jornalista político, precursor do ramo, Alcindo Guanabara, personagem histórico expoente do *establishment*, porta-voz oficial dos governos conservadores e oligárquicos até sua

decadência.

Nesse contexto, recorro que todas as etapas contaram com acompanhamento do orientador, Dr. Christian E. C. Lynch, ao longo de recorrentes encontros, reuniões, debates e discussões mantidos, além de regular contato entre coordenador e coordenando.

As mencionadas opções metodológicas foram decisivas a fim de inovar a construção do conhecimento jurídico e de preencher a lacuna no campo histórico-político-constitucional, através da oposição entre liberais, como Rui, e anti-liberais, como Guanabara, da interpretação da Carta Magna de 1891.

Em última análise, minha expectativa maior neste projeto é conseguir apurar o conceito de instituição, e institucionalização, republicana, segundo a corrente ideológica dominante nos mandatos presidenciais até 1930; com destaque, ainda a ser levantado pela pesquisa, para o governo Campos Sales, representante mais simbólico dessa tradição.

Não obstante, o trabalho desenvolvido já indicou também a definição de elementos centrais, a exemplo da conceituação de militarismo, sob a ótica liberal-ruiana, o assento conservador no respeito à temperança de comportamento, em contraste com a agitação retórica das *massas*, provocada por Rui; no setor econômico, as forças reacionárias pleiteavam que o caminho do progresso duradouro era a substituição lenta e parcial de cada uma das peças produtivas, uma adequação das partes integrantes desse processo. A consideração de maior destaque, entretanto, encontra-se na noção, difundida pela doutrina sociológica de Herbert Spencer, da impossibilidade de revogar *as leis naturais*, senão direcioná-las e modular seus efeitos prudentemente.

A continuação da pesquisa dará conta, ainda, de vislumbrar a sistematização desse fluxo nos mandatos presidenciais no Brasil (ex.: Campos Sales), identificando semelhanças nos diferentes governos, de mesma linhagem política, cuja finalidade era afastar a possibilidade da efetivação do plano liberal, idealizado por Rui Barbosa e de nítida inspiração no arquétipo norte-americano, de forma a fulminar as tentativas de sua chegada ao poder e de releitura do Texto de 1891.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*. São Paulo: Saraiva & C. Editores, 1929.

BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

CARONE, Edgard. *A república velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. *A república velha: evolução política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1909-1910.

FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

A IMPRENSA. Rio de Janeiro, 1909-1910.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 1909-1910.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. Brasília: Editora Brasiliense, 1977.

O debate sobre a Democracia no processo político da constituinte: Subcomissão de Defesa do Estado e de sua Segurança e a Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias

Bolsista: Sônia Laura Santos Aguiar (PUC-Rio)
Orientador: Julio Aurélio Vianna Lopes
Projeto: Cidadania e a Constituinte de 1987/1988
Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Direito
Agência de Financiamento: FCRB
Período: dezembro de 2008 a novembro de 2009

A constituinte teve o dever de concretizar uma nova ordem político- institucional, formulando um regime político diferente do anterior. No caso do Brasil a Assembléia Constituinte ficou encarregada de transformar o desejo de um novo regime político, diferente do regime autoritário. Depois da escolha pelo regime democrático, havia a necessidade de moldar essa nova democracia a nossa realidade. Além da obrigação de uma nova constituição.

Uso no desenvolvimento da pesquisa o método weberiano, que consiste em analisar o objeto como um conjunto de fatos desordenados, sem sentido predeterminado. Todas as ações em sociedade são orientadas individualmente, não encontramos vínculos entre essas orientações. As relações que acontecem no decorrer da história são constituídas de afinidades eletivas. Como, para Weber, o cientista procura sempre dar sentido a seus estudos, um método eficaz, criado por ele e utilizado por mim ao desenvolver essa pesquisa, é a criação de tipos ideais, que por sua vez facilitam a análise.

De acordo com esse método procurei estabelecer quais seriam os tipos ideais na formulação da Constituição. A organização dos trabalhos obedeceu a determinados procedimentos para viabilizar todo o processo, como a criação de comissões gerais (num total de 8), subcomissões (24 ao todo), uma comissão de sistematização, outra de redação e o plenário da Constituinte. Foram escolhidas, dentre as diversas construções ideológicas, a Esquerda e a Direita, retiradas de duas subcomissões. Como havia dito, uso as ideologias da direita e da esquerda como tipos ideais podendo encontrar um certo exagero, o que faz parte do método Weberiano.

O objetivo dessa pesquisa é observar a construção ideológica da nossa democracia, afirmada e protegida pela Constituição. Analiso o processo político que estabeleceu o conceito e o sentido de democracia que observamos e utilizamos nos dias atuais. Observo

então as relações entre as discussões de ideologia de direita e de ideologia de esquerda, usando a Assembléia Constituinte como objeto de estudo.

Com esse confronto entre os chamados pólos ideológicos na Assembléia Constituinte, pretendo identificar as características da nossa democracia, a princípio partindo da crise do processo decisório e caminhando para o entendimento de alguns consensos políticos para o desenvolvimento do objetivo principal da Constituinte.

Referências bibliográficas

Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, 1987, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1987 a 1988*, Brasília Distrito Federal: Subsecretaria de edições do Senado Federal, 1994.

Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, 1987, II Anexo do Senado Federal. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1987 a 1988*, Brasília Distrito Federal: Subsecretaria de edições do Senado Federal, 1994.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna, *A carta da democracia: o processo constituinte da ordem pública de 1988*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

Considerações sobre a construção social e política do Tribunal Constitucional chileno

Bolsista: Ana Maria Macedo Corrêa (Direito / Universidade Federal Fluminense)

Orientador: Alexandre Veronese

Projeto: Cortes constitucionais em perspectiva comparada

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Direito

Agência de Financiamento: FCRB

Período: setembro de 2008 a julho de 2009

Introdução

O projeto teve como objeto de estudo as instituições judiciárias chilenas, e, em especial, o órgão político denominado Tribunal Constitucional. Foram examinadas as inúmeras mutações sofridas pelo Tribunal e o seu papel de efetivo garantidor das disposições constitucionais, em uma dimensão jurídica, histórica e social. Por fim, buscou-se traçar um paralelo do recurso de amparo com o *habeas corpus* brasileiro, analisando-se a eficácia de ambos para assegurar as garantias individuais.

Objetivos do projeto

O objetivo do projeto foi a investigação das modalidades de proteção aos direitos individuais garantidos pela Constituição Chilena. O escopo dessa análise era verificar se no âmbito normativo e institucional existiam mecanismos eficientes para a efetivação dos direitos fundamentais. Para tanto, fez-se necessário delimitar alguns instrumentos de garantias de direitos, como as ações de controle de constitucionalidade e o recurso de amparo. Paralelamente ao estudo desses instrumentos do ponto de vista normativo, revelou-se imperiosa a averiguação da atuação do judiciário e do Tribunal Constitucional em diferentes contextos da história do Chile. Nesse caso, o objetivo era verificar o comportamento do poder responsável pela efetivação da constituição em contextos que variaram do regime autoritário ao período liberal. Haveria possibilidade do poder judiciário garantir os preceitos constitucionais liberais numa conjuntura política diametralmente oposta? Por fim, considerando-se as semelhantes características do recurso de amparo chileno e o *habeas corpus* brasileiro – os dois instrumentos visam garantir o direito de liberdade – objetivou-se inferir a efetividade de ambos no contexto de ditadura militar.

Metodologia

A pesquisa utilizou uma metodologia comparativa, em uma dimensão, entretanto, mais abrangente do que a mera análise formal das instituições jurídicas. Foi necessário construir uma comparação da instituição chilena em relação a sua história social e política, bem como em contraste com o modelo brasileiro [parâmetro de controle]. As fontes utilizadas foram os textos legais dos dois países, assim como a literatura especializada que trata do tema.

Conclusões

A partir da observação das características do Tribunal Constitucional Chileno, desde a década de 70, pôde-se concluir que sua configuração correspondeu a três instituições diferentes sob a mesma nomenclatura. Sua competência e composição modificaram-se substancialmente. O Tribunal foi inaugurado em 1970 e suprimido em poucos anos pelo golpe militar. A sua re-instituição, em 1980, não o modificou essencialmente, uma vez que o controle de constitucionalidade continuava restrito ao caráter preventivo, ou seja, a declaração da conformidade constitucional antes mesmo da promulgação da lei, limitando-se assim a verdadeira aplicação da constituição. Enquanto na Europa, os tribunais constitucionais exerciam um papel fundamental para encerrar o abismo existente entre a realidade social e o texto da constituição, o Tribunal Constitucional chileno servia como mero órgão consultor do Senado e do presidente da República. Esse panorama só veio a ser modificado, paradoxalmente, anos depois da derrocada do regime militar. A reforma constitucional realizada em 2005, além de viabilizar uma composição mais democrática para o Tribunal, ampliou ainda a sua competência em relação ao controle de constitucionalidade. Agora, aquela Corte Constitucional poderá conhecer dos recursos de inaplicabilidade e de declaração de inconstitucionalidade de uma lei. O controle repressivo, poderoso instrumento de garantia da constituição, foi finalmente instituído para o órgão político adequado. No tocante ao *habeas corpus* e o instituto similar, recurso de amparo, concluiu-se que ambos tiveram eficácia limitada para garantir o direito de liberdade em um contexto autoritário, tendo em vista que são instrumentos relacionáveis a uma ordem política liberal.

Referências bibliográficas

BARROS, Robert. Courts out of context: authoritarian sources of judicial failure in Chile (1973-1990) and Argentina (1976-1983). In: GINSBURG, Tom (ed.); MOUSTAFA, Tamir (ed.). *Rule by law: the politics of courts in authoritarian regimes*. New York: Cambridge University Press, 2008. p. 156-179.

CAPPELLETTI, Mauro. *O controle judicial de constitucional das leis no direito comparado*. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999.

FAVOREAU, Louis. *As cortes constitucionais*. Barueri: Landy, 2004.

HILBINK, Lisa. *Judges beyond politics in democracy and dictatorship: lessons from Chile*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LÖSING, Norbert. *La jurisdiccionalidad constitucional em Latinoamérica*. Madrid: Dykinson; Konrad-Adenauer Stiftung, 2002.

MOLINA GUAITA Hernán. *Derecho constitucional*. 9. ed. Santiago: LexisNexis, 2009.

NOGUEIRA ALCALÁ, Humberto. *La justicia y los tribunales constitucionales de indoiberoamérica del sur en la alborada del siglo XXI*. Santiago: LexisNexis, 2005.

PEREIRA, Anthony W. *Political (in) justice: authoritarianism and the Rule of Law in Brazil, Chile, and Argentina*. Pittsburgh, PA: Pittsburgh University Press, 2005.

RÍOS ÁLVAREZ, Lautario. La jurisdicción constitucional em Chile (después de la reforma de 2005 de la Ley Fundamental), *Anuario de derecho constitucional latinoamericano*. Montevideo: Konrad-Adenauer Stiftung, 14º ano, p. 209-239, 2008.

Pensamento jurídico brasileiro: a Biblioteca de Rui Barbosa

Bolsista: Eduardo Augusto Souto da Costa Schneider (Direito / UFRJ)

Orientador: Christiane Vieira Laidler

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Direito

Projeto: Dicionário do pensamento jurídico brasileiro

Agência de financiamento: CNPq

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

O projeto em questão tem como objeto de pesquisa as obras jurídicas presentes na biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, ou seja, as obras e autores que influenciaram o pensamento jurídico brasileiro nesta época.

Quanto aos pressupostos metodológicos, posso dizer que num momento inicial demos prioridade à busca de autores e obras jurídicas brasileiras principalmente entre as existentes na biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa. Num segundo momento foi dado enfoque à pesquisa biográfica dos autores encontrados para que os dados pudessem, então, ser incluídos no banco de dados.

Como era de se esperar, dentre as mais de 22 mil obras presentes na biblioteca, foram encontrados volumes dos mais variados temas do direito: Direito Civil, Internacional, Criminal, Constitucional, Administrativo, entre outros. Esta enorme variedade de matérias demonstra a imensa gama de interesses de Rui Barbosa.

Os autores e obras foram catalogados durante os primeiros meses de trabalho. Os resultados foram de aproximadamente 200 autores e algumas centenas de obras jurídicas.

Já com a lista dos autores e suas obras em mãos, deu-se início ao processo de pesquisa biográfica de cada um deles. Nessa etapa do projeto, foram pesquisadas informações em acervos de diversas bibliotecas, como: a própria biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca da Faculdade Nacional de Direito. Foi realizada também uma viagem a Brasília, onde foram realizadas pesquisas na: Biblioteca Nacional de Brasília; Biblioteca Acadêmico Luís Viana Filho, do Senado Federal; e Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal. Grande quantidade de informações foram obtidas sobre a biografia dos autores.

A terceira etapa foi a de montagem do banco de dados com as informações mais relevantes de cada jurista pesquisado, como: filiação, obras publicadas, formação acadêmica,

cargos ocupados, entre outras, as quais constituem as principais informações sobre o que foi relevante na formação do pensamento dos diversos autores. Esta etapa segue em andamento.

O objetivo do nosso projeto consiste na elaboração de um dicionário não só com essas informações já obtidas, mas também, num momento posterior, na redação de resenhas sobre as obras jurídicas brasileiras de maior relevância para a estruturação do pensamento jurídico pátrio.

Referências bibliográficas

BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1903.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia*. Apresentação de Antônio Paim. Brasília: Senado Federal; Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1999.

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. *Catálogo da Biblioteca de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: FCRB, 2007.

MÔNICA, Maria Filomena. *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

A nacionalidade na Constituição Política do Império Brasileiro

Bolsista: José de Oliveira Silva (Ciências Sociais / PUC-Rio)

Orientador: Charles Matheus Pontes Gomes

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Direito

Projeto: Dicionário do Pensamento Jurídico Brasileiro

Agência de financiamento: CNPq (PIBIC)

Período: março a julho de 2009

A concessão da nacionalidade é um atributo exclusivo da soberania do Estado. Constitui assim, um vínculo delimitador na construção de direitos dos indivíduos inseridos dentro do país; sobre esse pressuposto contratual, a sociedade civil tem de estabelecer aqueles que lhe são nacionais e os que são estrangeiros. No mundo contemporâneo, a nacionalidade é tida como um vínculo jurídico-político que prende os cidadãos aos Estados-Nação; no Brasil, é ponto de partida para a cidadania.

A atribuição deste *status* na Constituição Política do Império brasileiro se fez de diversas maneiras. O nascimento no território e o vínculo sanguíneo do indivíduo a um nacional eram os principais meios pelos quais se outorgava a nacionalidade nesse período. Mas havia também a atribuição pelo casamento, em que a esposa seguia a mesma condição do status de seu marido, juntamente com a possibilidade de naturalização. No laço matrimonial, a brasileira que se casava com um estrangeiro seguia a mesma nacionalidade daquele, e da mesma forma, uma estrangeira que casava-se com um brasileiro adquiria a nacionalidade do marido. Muitos países da Europa ocidental seguiram um percurso distinto do caso brasileiro, a Alemanha, que aderiu a modelos de concessão à nacionalidade somente pelo laço sanguíneo, subentendeu que tal requisito daria ensejo a integração da Nação e a extensão da cidadania aos filhos dos emigrantes que deixavam o país. No Brasil Imperial, apesar da adoção de critérios mistos, o nascimento no território sempre esteve presente como “viga mestra” para consignar seus nacionais. A partir deste princípio, também chamado *Jus solis*, o país, que durante o século XIX recebia um grande fluxo migratório, estimulado sobretudo pelo fim do trabalho escravo e pela substituição da mão-de-obra negra na economia cafeeira, tenderia a incorporar as seguintes gerações dos diversos grupos à Nação. Os países europeus prenderam-se ao laço sanguíneo como perspectiva de condição da concessão ao referido título. O fundamento deste critério era que o continente de uma forma generalizada, estava perdendo grandes contingentes de trabalhadores para os países da América, e o vínculo sanguíneo,

também chamado princípio do *Jus sanguinis*, foi a maneira encontrada para se reafirmar a nacionalidade às seguintes gerações de filhos desses emigrantes.

Este arranjo de critérios mistos como condição ao *status* de nacional no Império brasileiro, conduziu diretamente ao fenômeno da dupla nacionalidade. No caso de um filho de ingleses nascido no território brasileiro, este indivíduo se firmaria automaticamente à nacionalidade britânica pelo sangue e à brasileira pelo nascimento, já que a Inglaterra também firmou-se pelo critério do *Jus sanguinis*. Os críticos da dupla nacionalidade sustentam que tal fenômeno pode servir de empecilho para as relações diplomáticas entre os Estados, ameaçando a segurança nacional, a integração cultural de um país ou até mesmo nos interesses conflitantes que possam surgir na prestação dos serviços militares obrigatórios. Seus defensores por outro lado, defendem sua pertinência no pressuposto de que isso se tornara um fato incontornável diante do novo quadro social do mundo pós-guerra: migração e igualdade de direitos no gênero tornaram a dupla nacionalidade uma questão a ser resolvida, mas não extinguida. Dentro deste embate, a soberania dos Estados para conceder a nacionalidade perde autonomia diante das novas organizações internacionais em prol dos direitos humanos e dos serviços de proteção aos imigrantes; somado a isso, a luta pela igualdade de direitos de gênero rechaçou o antigo modelo de aplicação da nacionalidade no matrimônio, em que a esposa seguiria diretamente a mesma nacionalidade do marido. Estabeleceu-se então, o direito da mulher casada manter sua nacionalidade de solteira, e o filho de um casal com duas nacionalidades, adquiria assim, as respectivas nacionalidades de seus pais.

Neste sentido, o Brasil Imperial, naquilo que concerne aos requisitos à atribuição do título de nacional, se caracterizou por ser um país de políticas liberalizantes, não somente por estimular a incorporação dos imigrantes ao país pela adoção conjunta do *Jus Solis* e *Jus Sanguinis*, mas sobretudo pelos debates acerca das condições à naturalização dos estrangeiros, que foram marcadas por certas variáveis políticas que facilitaram o povoamento do território, com o objetivo maior de suprir as demandas por mão-de-obra, diante do grande hiato na estrutura econômica do país causado pelo fim do tráfico de escravos em meados do XIX.

Referências bibliográficas

GOMES, Charles M. Pontes. La migracion laboral en Brasil. In: *Migraciones Laborales en Sudamérica: El Mercosur ampliado*. Estudios Sobre Migraciones Internacionales Ginebra, OIT, 2003.

HANSEN, Handall; WEIL, Patrick. *Dual nationality, social rights and federal citizenship in the U.S. and Europe-The reinvention of citizenship*. London, England. Edição: Berghahn Books, 2002.

OCTÁVIO, Rodrigo. *Direito do Estrangeiro no Brazil*. Rio de Janeiro: F Alves, 1909.

RODRIGUES, José Honório; BOECHAT, Lêda (Org.). *O Parlamento e a Evolução Nacional: a construção legislativa de 1826 a 1840. Seleção de textos parlamentares*. Vol. 2; Tomo I e II. Brasília, DF. Edição: Senado Federal, 1972.

O caráter contestador-artístico do Conselho Federal de Cultura (1967)

Bolsista: Renata Barbosa Maury (Produção cultural / UFF)

Orientadora: Lia Calabre

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de estudos de Políticas Culturais

Projeto: Política Cultural: memória e história

Agência de financiamento: CNPq

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

Na conjuntura pós 1964, a cultura é utilizada como instrumento do Estado autoritário, para a consolidação da imagem nacional. Este trabalho visa analisar as atribuições do Conselho Federal de Cultura como órgão normativo e diretamente ligado ao governo, enquanto questionador da censura imposta às obras artísticas. Neste caso específico opõe-se à “mutilação” ao filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha.

A criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) de caráter liberal-conservador ocorre em 1967 ligado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura. Dividia-se em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional, sendo que também havia uma comissão de legislação e normas exercendo o papel de uma quinta câmara. Entre os encargos do Conselho estavam o de formulação da política nacional de cultura, manutenção de equipamentos culturais, além da promoção de campanhas nacionais.

Os conselheiros variavam de cinco a seis por câmara, tratando-se de profissionais com reconhecida atuação em suas respectivas áreas, designados diretamente pelo presidente da república. Entre os membros do CFC destacam-se: Affonso Arinos de Melo Franco, Ariano Suassuna e Josué Montello. Sendo eles intelectuais de respeitável reputação, discordavam da repressão relativa às produções artísticas, especificamente ao fato da censura às obras não ser de incumbência do Ministério da Educação e Cultura, ocasionando danos severos à cultura brasileira, através da perda de suas próprias manifestações.

A metodologia deste trabalho fundamentou-se em leituras sobre o contexto histórico e sobre a função do Conselho Federal de Cultura, na análise do ofício 57/1967 presente na documentação do arquivo do CFC depositado no Palácio Capanema, além da pesquisa dos agentes atuantes no Conselho. Isto possibilita evidenciar as divergências ocorridas sobre a censura no campo da cultura, em um mesmo âmbito, em que as posições sugerem a princípio convergência de idéias e práticas.

A atuação do Conselho Federal de Cultura era fundamentada alicerces conservadores, pois fazia parte e era agente de um governo ditatorial, que se utilizava da cultura como formadora e legitimadora da identidade nacional. Tais circunstâncias, no entanto, não impediram que posturas progressistas tivessem legitimação dentro do órgão. A defesa da integridade do filme *Terra em Transe*, realizada pelo Conselho representou esse caráter liberal artístico, oposto as bases originais e ao mesmo tempo, condizente com os paradigmas.

Referências bibliográficas

OFÍCIO 57 DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA (1967)

BOTELHO, I. Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976-1990. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

CALABRE, L. O Conselho Federal de Cultura – 1971-1974. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 37, 2006.

_____. Políticas culturais no Brasil: Balanços e perspectivas. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Editora: EDUFBA, 2007.

MICELI, S. (org). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Editora: Difel, 1984.

SIMIS, A. Estado e cinema no Brasil. São Paulo: Editora: Annablume, 2008.

O patrimônio cultural brasileiro e o Conselho Federal de Cultura (1966-1974)

Bolsista: Jessika Fernanda Souza dos Santos (História / UVA)

Orientadora: Lia Calabre

Projeto: A ação federal na cultura: memória e história

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Estudos de Políticas Culturais

Agência de financiamento: FCRB / CIEE

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

O trabalho tem como objetivo estudar as atividades exercidas pela Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN) – pertencente ao Conselho Federal de Cultura (CFC) – e seu diálogo com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esse estudo é feito a partir da documentação do CFC que está arquivada no Palácio Gustavo Capanema e mais especificamente no estudo de caso do processo da Fazenda Morcego, que se encontra arquivado na Coordenação de Pesquisa, Documentação e Referência no Arquivo Central do IPHAN.

O Conselho Federal de Cultura – criado em 21 de novembro de 1966, pelo Decreto-Lei nº 74, vindo a vigorar em 17 de fevereiro de 1967, pelo Decreto nº 60.237 – possuía a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que tinha como principal projeto a reestruturação do setor cultural, que, segundo sua avaliação, encontrava-se deficiente. Para sua melhora era necessário reformular instituições como a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico, entre outros, dando-lhes um caráter nacional. A Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tinha como presidente Rodrigo de Melo Franco de Andrade e como conselheiros Afonso Arinos, D. Marcos Barbosa, Raymundo Castro Maya, Hélio Vianna e Pedro Calmon. Era responsável pela análise dos pedidos de preservação e restauração de obras de arte, edificações (tombadas ou não) e museus.

Já o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional funcionou como órgão experimental no ano de 1936, sob a direção de Rodrigo M.F. de Andrade. Foi através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que o SPHAN passou a integrar oficialmente a estrutura do Ministério de Educação e Saúde. O decreto-lei que criou o SPHAN definia como patrimônio histórico e artístico nacional "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou

artístico", também podendo ser classificados como patrimônio "monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciado pela indústria humana".

O processo analisado se refere à Fazenda Morcego, localizada na Enseada de Abraão, em Ilha Grande, Município de Angra dos Reis. Esta é um patrimônio tombado pelo SPHAN, mas que está sob responsabilidade particular. Frente às dificuldades de manutenção do imóvel tombado e de seus respectivos bens, o proprietário busca outras alternativas de obter o apoio do Estado e submete um pedido de auxílio ao Conselho Federal de Cultura, processo que será submetido à Câmara do Patrimônio do CFC. Com o estudo do processo pretendemos apresentar um exemplo de diálogo entre a Câmara de Patrimônio do CFC e o SPHAN.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CALABRE, Lia. Conselho Federal de Cultura; um histórico. In: CAMPOS, Cleise; LEMOS, Guilherme; CALABRE, Lia. *Políticas públicas de cultura do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Cultura*. Rio de Janeiro, 1966-1968.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Patrimônio material e imaterial. In: CAMPOS, Cleise; LEMOS, Guilherme; CALABRE, Lia. *Políticas públicas de cultura do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil/Aloísio Magalhães*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

SCHNEIDER, Simone Marafon. *Cultura é desenvolvimento: um panorama da atuação do BNDES em projetos de restauro (1997-2007)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. 197p.

Sustentabilidade, cultura e novos sujeitos

Bolsista: Luis Mario de Brito Junior (Ciências Sociais / UCAM)

Orientador: Dr. Euclides Mauricio Siqueira de Souza

Projeto: O lugar da cultura na idéia de desenvolvimento sustentável

Unidade / Setor: Centro de Pesquisa / Setor de Estudos de Políticas Culturais

Período: agosto de 2008 a julho de 2009

Nossa pesquisa faz parte do projeto "O lugar da cultura na idéia de desenvolvimento sustentável" e tenta dar conta de algumas indagações colocadas pelo mesmo. Sua relevância deve-se à crescente importância atribuída recentemente por agentes públicos e privados no Brasil ao papel da cultura na implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável. Partimos da constatação, nos dias atuais, de uma crise teórica e prática na relação entre o homem e seu ambiente, o que nos impõe repensarmos nossas representações da natureza e do saber tecno-científico. O desenvolvimento sustentável emerge como uma das possíveis respostas ao referido quadro de crise. No que diz respeito ao conceito de cultura, adotamos como base a compreensão de cultura definida pelo Ministério da Cultura do governo brasileiro, "que articula três dimensões vitais: a cultura como expressão simbólica (estética e antropológica), a cultura como direito e cidadania de todos os brasileiros, a cultura como economia e produção de desenvolvimento".⁴

De acordo com as etapas de planejamento do projeto nos empenhamos em responder a suas respectivas indagações: a) qual o papel conferido à cultura pelos formuladores do conceito de desenvolvimento sustentável; b) entender a crise e buscar possibilidades de superação por um viés cultural; c) tentar delinear quem são os novos sujeitos que definirão os rumos dos acontecimentos contemporâneos. Na busca de respostas à primeira indagação trabalhamos com o Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que define desenvolvimento sustentável como "*aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*" (Nosso Futuro Comum, 1991: 46). Consideramos autores que vêm propondo e pensando idéias de sustentabilidade, desenvolvimento e crise envolvendo homem, natureza e cultura. Em suma, percebemos uma gradativa valorização e preocupação com os aspectos culturais que envolvem as sociedades na concepção de modelos desenvolvimentistas, mas

⁴ Disponível em:

http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf. Acesso em: 23 jan. 2008.

encontramos um terreno bastante árido, com pouca atenção atribuída à cultura, dentro dos aspectos já mencionados. Na análise das duas últimas indagações nos debruçamos mais demoradamente sobre três autores: Zygmunt Bauman (*O mal-estar da pós-modernidade*), Alain Touraine (*Um novo paradigma*) e Michael Hardt e Antônio Negri (*Império*). Com a ajuda dos respectivos autores entendemos a crise em processo como relativa a um período de transição vivida pelas sociedades ocidentais contemporâneas, envolvendo aspectos tecnoprodutivos, econômicos e ontológicos. Entendemos também que as possibilidades de superação de tal crise não serão gestadas unicamente por mecanismos jurídicos, econômicos ou institucionais, mas pelos próprios sujeitos em formação nas sociedades atuais, ou seja, novas linguagens e produtividades estão sendo forjadas em nosso contato com as tecnologias e dizem respeito ao "[...] deslocamento ontológico do sujeito" (Hardt e Negri, 2001: 407). Por fim, na tentativa de entender quem são esses sujeitos em processo, cada um dos autores nos forneceu valiosas pistas. Bauman os chama de pós-modernos e define suas identidades como transitórias, desencaixadas, autocríticas, despolarizadas e ambivalentes, porém, ao mesmo tempo, confusas, aflitas e ansiosas, mas acima de tudo pautadas pelo valor da diferença (Bauman, 1998). Touraine os chama de sujeitos pessoais, motivados por uma direta relação do sujeito consigo mesmo, uma ampliada capacidade de criação e subjetivação. São também portadores de uma capacidade de resistir às forças organizadas (Igreja, Nação, ideologias etc) que tentam controlá-lo e, ao mesmo tempo, contra um individualismo manipulado pelos mercados e pelo *marketing* (Touraine: 1998). Já Hardt e Negri vão além, e tentam construir uma perspectiva unificadora e comum, na qual o capital, por meio da sua mundialização, nova constituição biopolítica (sociedade de controle) e respectiva forma de produzir valor, transforma a todos os sujeitos em proletários, criando assim a multidão: a coletividade de mentes e corpos que resistem a sua organização e controle (Hardt e Negri, 2001).

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Revisão técnica Luis Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *O Nosso Futuro Comum*, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.